



Ensino colaborativo/coensino/bidocência na educação inclusiva: dos documentos legais ao contexto da prática

Collaborative teaching / co-teaching inclusive education: from legal documents to the context of practice

Sandy Varela de Christo¹
Geovana Mendonça Lunardi Mendes²

Palavras-chave: Ensino colaborativo/coensino/bidocência. Políticas educacionais. Práticas de inclusão.

Linha Temática: Desenvolvimento Curricular

Esse trabalho apresenta um projeto de pesquisa de mestrado que está em andamento. Nossa temática é a prática de inclusão resultante da colaboração entre professores da educação especial e geral em sala de aula comum, nomeada de ensino colaborativo/coensino/bidocência.

Esse suporte de apoio à inclusão tem como o principal objetivo a colaboração entre os professores de educação especial e educação geral, no qual esses dividem a responsabilidades da escolarização de todos os estudantes de uma turma heterogenia (MENDES Et al, 2014). Esse termo vem das palavras em inglês co-teaching e collaborative teaching que são traduzidas para o português de diferentes formas são elas: coensino, ensino colaborativo, bi-docência entre outros. Desse modo, utilizaremos desses três termos para nominar essa prática e assim investiga-la.

No Brasil a partir do ano de 2008, a inclusão escolar ganhou mais densidade com a aprovação da Política de Educação Especial: Na Perspectiva da Educação

¹ Pedagoga formada pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Mestranda no Programa de pós-Graduação em Educação da mesma instituição. E-mail: sandykame2@gmail.com

² Doutora em Educação, professora do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: geolunardi@gmail.com



Inclusiva (BRASIL, 2008). Esse texto político tem como objetivo garantir o acesso, participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. E assim, assegurando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo esse serviço oferecido no contra turno da escolarização desses estudantes nas salas de recursos multifuncionais, espaço estabelecido para o trabalho do professor de educação especial na escola comum.

Isso posto, de maneira geral, podemos perceber que o AEE é distinto do ensino colaborativo/coensino/bi-docência, em que o professor de educação especial está inserido na sala comum, trabalhando em conjunto com o professor de educação geral. Em vista disto, nos indagamos do porque as escolas interpretam os documentos de Educação Especial em ensino colaborativo/coensino/bi-docência? Como essa proposta aparece nos textos políticos de educação especial? E como os professores traduzem as políticas de educação especial em ensino colaborativo?

Considerando que a produção científica sobre a temática também está em uma crescente, temos como objetivo central compreender como os textos políticos juntamente com a produção científica da Educação Especial, evidenciam as questões do ensino colaborativo/coensino/bi-docência e como os professores traduzem na prática escolar.

Para isso usamos como aporte teórico os estudos de políticas educacionais de Ball Et al (2016). Esses autores entendem que textos normativos (legislações e estratégias nacionais), não são meramente implementados nas escolas, mas sim traduzidos, interpretados, reconstruídos e refeitos dependendo da realidade e particularidades de cada escola. Por meio disso, as políticas são feitas para e pelos professores, sendo esses sujeitos e objetos da política.

Assim, caracterizamos essa pesquisa como exploratória de cunho qualitativo e teremos três fontes de informação: bibliográfica, documental e a de campo. Na pesquisa bibliográfica, realizamos o levantamento de teses, dissertações e



periódicos. Na fase documental, analisaremos documentos da educação especial a partir do ano de 2008. Já na pesquisa de campo, iremos a uma escola que possui práticas colaborativas entre a educação especial e a educação geral, para realizar entrevistas com os professores.

Por fim, estamos na pesquisa bibliográfica o qual encontramos o total de vinte e duas produções sobre o tema entre teses, dissertação e artigos. De maneira geral, as pesquisas que abordam essa temática realizam intervenções colaborativas nas escolas, levando essa prática de inclusão aos professores de sala comum e educação especial. Além disso, também realizam formação de professores a partir de projetos com essa filosofia de trabalho.

Referências

BALL, Stephen J. Et al. **Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa, :Editora UEPG, 2016. 230

BRASIL. MEC /SEESP. **Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

MENDES, Enicéia Gonçalves, VILARONGA, Carla A. R., ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre a educação comum e especial**. São Carlos: EDUFSCar, 2014. 160 p.